

HISTÓRIA, FICÇÃO E MEMÓRIA EM OS DIAS DO DEMÔNIO DE ROBERTO GOMES E 1957: A REVOLTA DOS POSSEIROS DE IRIA GOMES¹.

Tatiane Cristina Führ²
Sérgio Massagli³

Resumo

Este estudo busca compreender, a partir da historiografia e do discurso literário ficcional, como Roberto Gomes, partindo de suas memórias, construiu o livro *Os dias do Demônio*, após ter acompanhado as pesquisas e viagens realizadas por Iria Gomes, durante o processo de produção do livro *1957: A Revolta dos Posseiros*. A Revolta dos Posseiros foi o primeiro movimento agrário vitorioso na história do Brasil e, é compreendido não somente como um acontecimento histórico na luta pela reforma agrária, mas foi um evento decisivo na constituição da identidade e da luta por autonomia na concretização da agricultura familiar. Esta análise comparativa dará foco aos fatos mais significativos relatados em ambas as obras: a morte de Pedro Barbeiro; o assassinato da família de João Saldanha; o retorno do farrapo Pedro Santin para o sudoeste; e a tomada final de Francisco Beltrão. Constata-se, com base no estudo realizado com as obras do casal Roberto e Iria Gomes, que tanto a literatura como a história podem contribuir para o resgate da memória do povo sudoestino, no que se refere à origem e constituição de sua colonização.

Palavras-chave: Interdiscurso. Revolta dos Posseiros. Literatura.

Resumen

Este estudio hace una búsqueda para comprender, a partir de la historiografía y, del discurso literario ficcional, como Roberto Gomes, partiendo de sus recuerdos, construyó el libro "*Os dias do Demônio*", después de haber acompañado las investigaciones y los viajes realizadas por Iria Gomes durante el proceso de producción del libro "*1957: A Revolta dos Posseiros*". La "*Revolta dos Posseiros*" fue el primer movimiento agrario vencedor en la historia del Brasil y, es comprendido no solamente como un evento histórico en la lucha por la reforma agraria, pero fue un evento decisivo en la constitución de la identidad y de la lucha por la autonomía en la agricultura familiar. Esta analice comparativa dará enfoque a los factos más importantes contados en ambas las obras: la muerte de Pedro Barbeiro; El homicidio de la familia de João Saldanha; el regreso del trapo Pedro Santin para el Sudoeste; y la tomada final de Francisco Beltrão. Es verificado, con base en el estudio realizado con las obras del casal Roberto e Iria Gomes, que tanto

¹ Artigo apresentado como Conclusão de Curso da Graduação de Licenciatura em Letras – Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Realeza.

² Acadêmica da 9ª fase do curso de Letras. tatianecristinafuhr@hotmail.com.

³ Professor orientador. Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Realeza. sergio.massagli@uffs.edu.br

la literatura como la historia pueden colaborar en el rescate de la memoria del pueblo sudoestino, en lo que se refiere al origen y constitución de su colonización.

Palabras-Clave: Interdiscurso. “Revolta dos Posseiros”. Literatura.

Introdução

A Revolta dos Posseiros, considerado como o primeiro movimento agrário armado vitorioso na história do Brasil. Como aponta Marschner, (2011, p. 129), a Revolta dos Posseiros foi “um dos raros episódios na história da questão agrária do Brasil com um desfecho positivo para as populações camponesas, com a conquista do direito de acesso à terra.” Culturalmente, a revolta é compreendida não somente como um acontecimento histórico na luta pela reforma agrária, mas é principalmente um evento decisivo na constituição e construção da identidade e da luta por autonomia na concretização da agricultura familiar.

Muito se produziu nos últimos anos para lembrar e entender a constituição identitária da população da região. Destaca-se aqui uma dissertação de mestrado, que deu origem em 1986 a um livro, produzido por uma filha de posseiros, oriunda da Gleba das Missões. A obra *1957: A Revolta dos Posseiros*, de Iria Gomes, é um discurso histórico, que conta sobre a região sudoeste e em especial sobre o levante agrário.

A autora durante sua pesquisa realizou várias viagens pelas cidades do sudoeste procurando por posseiros e filhos. Durante essas viagens Iria Gomes foi acompanhada pelo marido Roberto Gomes, que tomou conhecimento sobre todo o estudo e as entrevistas, a partir das quais lançou, em 1995, a obra *Os dias do Demônio*, um discurso literário, carregado de ficção, mas que conta a história da revolta no sudoeste.

Busca-se neste trabalho, a partir tanto da historiografia, quanto do discurso literário ficcional, compreender como Roberto Gomes construiu seu livro *Os dias do Demônio*, por meio de memórias recolhidas por Iria Gomes, durante o processo de pesquisa e produção do livro *1957: A Revolta dos Posseiros*⁴.

⁴ Iria Gomes lançou em 1986 a obra *1957: A Revolta dos Posseiros*, neste estudo é utilizada a 3ª edição desta obra de 2005, e Roberto Gomes lançou seu livro *Os dias do Demônio* em 1995, ou seja, oito anos mais tarde.

A justificativa para a escolha deste tema dá-se pelo fato de que o histórico sobre a colonização no sudoeste do Paraná caiu no esquecimento do povo sudoestino, devido à falta de divulgação e valorização do que é local. Além disso, a temática tem grande relevância não somente social, mas educacional. A intenção é despertar a história esquecida, e procurar evocar a memória dos educadores e da sociedade para a importância da Revolta dos Posseiros para o sudoeste.

Ademais, há também o caráter inovador da pesquisa, que realiza um paralelo entre os livros do casal Roberto e Iria Gomes, centrando-se nos conceitos de memória, discurso historiográfico e ficcional. E há ainda uma motivação relacionada com a localização geográfica, uma vez que um dos *Campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul está estabelecido no Sudoeste do Paraná.

1 OS CAMINHOS TORTUOSOS: história (fato), literatura (ficção) e memória.

A literatura e a história andam juntas, pois a história vê a literatura como uma fonte muito rica de conhecimento. Além disso, o texto literário expressa com mais humanidade algumas verdades que são contadas em textos históricos. O discurso historiográfico, por sua vez, pode ser entendido como um contar analítico dos fatos, onde o historiador através de pesquisas constrói distintas perspectivas sobre uma determinada temática. Este mesmo texto futuramente poderá ser utilizado por outro escritor para produzir literatura agregando ficção aos fatos.

Lukács (2011) buscou elucidar essa relação, quando realizou uma investigação entre a totalidade da história e a literatura. O autor quer compreender qual a influência da história na literatura e vice-versa, através da historicidade de ambas as áreas, por meio também das diversas realidades e contextos que permeiam os textos, podendo assim compreender uma série de características relacionadas à forma e ao tempo. Pesquisa esta que faz parte dos estudos de Kölln, quando fala sobre a “interação da história e da literatura no âmbito mais específico do romance histórico” (2012, p. 02).

Essa relação entre história e literatura, pensando especificamente no romance histórico, aponta para a consciência histórica dos sujeitos, ou seja, até onde o sujeito tem consciência de que enquanto vive ele está também construindo e constituindo a história da sociedade. Walter Scott foi pioneiro no que se refere à

noção e consciência do tempo e da história. Lukács (2011), quando estudou Scott, também percebeu que o romance tem um senso de historicidade, uma expressão social e uma consciência histórica do próprio tempo, ou seja, o futuro depende do passado, e a história é entendida como a “precondição do presente.” (p. 36).

Para que a compreensão da obra literária ocorra em sua amplitude é necessário ao leitor se apropriar do contexto de produção, e “compreender quais foram as razões de produção, as modalidades das realizações e as formas de apropriação das obras do passado.” (CHARTIER, 1999, p. 198). Já que a literatura leva o historiador a reconstruir sua visão sobre o objeto de pesquisa, além de ser vista como uma representação diferente dos fatos já tratados sob a visão historiográfica.

Todo texto tem uma autoria, que deixa sua produção carregada de ideologias. Chartier, partindo dos estudos de Foucault, diz que “A função-autor implica, portanto uma distância radical entre o indivíduo que escreveu o texto e o sujeito ao qual o discurso está atribuído.” (1999, p. 199). Este é um indivíduo social com ‘função de autor, literato e historiador’, por isso, é importante perceber como o texto situa essa figura que está fora dele e o antecede. Além disso, Chartier discute sobre a valorização da literatura, enquanto discurso próprio com âmbito de circulação, condições de produção e meio para o consumismo, isto confere à literatura uma existência própria e autônoma.

A história e a ficção se constituem na relação com o tempo, assim a literatura, através do conhecimento, compreende e elucida a sociedade do passado através de seu potencial metafórico. Jacomel e Silva (2009) discutem as diferenças entre a história e a ficção, destacando sempre que as distinções não são necessariamente verdades, elas são relativas em determinados contextos, partindo disso os autores destacam “que o historiador ‘encontra’ suas histórias e as interpreta, ao passo que o ficcionista ‘inventa’ suas histórias a partir de outras.” (JACOMEL e SILVA, 2009, p. 741).

Segundo Chartier, é estabelecendo “limites do que seja o literário da ficção que o historiador também pode estabelecer melhor o que é o historiográfico de sua narração” (CHARTIER, 1999, p. 211). Deste modo, pode-se reconhecer que o romance, particularmente o histórico, tem exímia capacidade para descrever mentalidades e sensibilidades, sendo um texto constituído por uma multiplicidade de significados. Um romance muitas vezes é fruto da insatisfação do homem frente a

sua própria história, isso porque a literatura já “encena o passado com total autonomia de voo” (MILTON, 2006, p. 12), o texto literário reinventa discursos, cria mundos mágicos, tece e simboliza novos significados para os fatos. Milton, baseada nos estudos de Roland Barthes, diz que a literatura faz circular os saberes.

Para Peter Burke, o romance histórico tem muito a dizer sobre o passado da sociedade no que se refere à fabulação desse tempo, assim o autor procura retratar de maneira mais humana possível como a sociedade se construiu. Lukács diz que “[...] o que importa para o romance histórico é evidenciar, por meios ficcionais, a existência, o ser-precisamente-assim das circunstâncias e das personagens históricas.” (2011, p.62). Deste modo, é relevante compreender que o romance histórico se faz na relação entre o “espírito histórico” e a literatura.

O romance histórico é constituído através da relação entre o diálogo histórico, as experiências sociais e da literatura enquanto ficção. Os elementos ficcionais e factuais são extremamente necessários, para que ocorra o diálogo entre a literatura e a história. A literatura não é só objeto e fonte para a história, ela é essencial para a constituição do sujeito enquanto ser de memórias e culturas que conhece a realidade. Para além disso, ela carrega ideais, é humanista, constituindo assim os horizontes históricos, deste modo a literatura deve ser a “autoconsciência do desenvolvimento da humanidade” (LUKÁCS, 1968, p. 282-298).

Ricoeur, por sua vez, busca mostrar a relação de proximidade entre a memória e a história, “a memória enquanto tal; depois, a história enquanto ciência humana, e o esquecimento como dimensão da condição histórica de humanos”, (RICOEUR, 2007, p. 01). A memória é entendida pelo autor como eixo propulsor para a história, que desenvolve seu próprio percurso para além das recordações, e o esquecimento é visto como uma ameaça, primeiro para a memória, e em consequência disto para a história também.

A memória se constitui, segundo Ricoeur, enquanto presença, ausência e anterioridade, ou seja, aquilo que é recordado está presente no espírito. Assim, as lembranças constituem a história e o passado, e a ausência deste é entendida como “sentido da distância temporal, do afastamento, do aprofundamento na ausência”, (RICOEUR, 2007, p. 02).

A história engloba os fatos com mais amplitude que a memória, Ricoeur destaca que um único homem lembrará somente dos fatos considerados por ele mais relevantes, e a história faz a reconstrução dos fatos por meio de várias

memórias, unificando o que cada um considera essencial, o autor diz que, “a memória transmite à história, mas ela transmite também à reapropriação do passado histórico, uma vez que o reconhecimento continua um privilégio da memória, do qual a história está desprovida” (RICOUER, 2007, p. 03). A história pode somente estabelecer reconstruções dos fatos, pois o processo de reconhecimento realizado pela memória está relacionado com a fidelidade aos fatos que a historiografia não consegue construir com autonomia.

Quando um texto é construído ele está instituído por um discurso, que vai estabelecer em certa medida os prováveis leitores e também a esfera de comunicação desta narrativa. Historicamente, segundo White (1994, p.139) antes da Revolução Industrial, história e literatura estabeleciam relações muito próximas, a separação entre elas ocorreu por que as narrativas começaram a ser combatidas pelos novos conceitos estabelecidos pela história nesse período.

Esse distanciamento ocorreu também pelo fato de A “História se aproximar das ciências como linha de pensamento e dos conceitos [...], enquanto a literatura passou a ser vista como uma arte recriada, um produto de imaginação criadora, artística.” (SALADINI, 2011, p. 378). Partindo dessa separação a história concebeu-se com construtora de verdades e de fatos, já a literatura passou a ser considerada como o oposto, como ficção.

A memória, enquanto espaço de estudo do ser humano sobre ele mesmo, passa por várias etapas. Quando o indivíduo observa algo ou alguém, sua memória está em constante trabalho de construção e interpretação. É partindo dessa visualização que o homem constitui um juízo de valor sobre o que ele viu, agregando mais ou menos importância para o fato, de maneira que essa valoração está intimamente ligada às questões sociais e culturais. Deste modo, há uma relação já pré-estabelecida entre história, memória e cultura. Assim “Da memória como matriz da história passamos à memória como objeto da história” (RICOUER, 2007, p. 04).

2 A REVOLTA DE 57 – Conflito sangrento no Sudoeste Paranaense.

As terras do sudoeste do Paraná, segundo Iria Gomes, desde o Império foram usadas como fruto de pagamento para construções de estradas de ferro em território nacional (2005, p. 29). Durante a república, essa política de pagamento se manteve, só que, vale ressaltar que a partir de 1891, a Gleba das Missões, parte de terra que

hoje corresponde ao sudoeste do Paraná, que na década de 80 não estava legalmente dividida, passou a ser dominada absolutamente pelo poder do estado do Paraná. Mas em 1950, depois de muitas brigas judiciais entre o estado paranaense, o governo federal e as empreiteiras das estradas de ferro, as terras sudoestinas passaram, duvidosamente, a pertencer de maneira escriturada a *Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda* – (CITLA) num acordo com a superintendência brasileira e com o governador paranaense Moyses Lupion.

A história de colonização efetiva do Sudoeste, antiga Gleba das Missões, e também conhecido como território do Iguaçu, começou quando Getúlio Vargas, enquanto presidente da República viabilizou processos de ocupação dos territórios vazios da nação. No ano de 1943, como aponta Iria Gomes (2005, p. 14), foi criada a *Colônia Agrícola Nacional General Osório* – (CANGO), que teve extrema importância no que se refere à colonização do sudoeste paranaense, já que muitos colonos reivindicavam um pedaço de terra ao governo, mas o direito de posse à terra só era garantido para os que poderiam pagar por ela aos latifundiários.

A CANGO foi criada com o intuito de promover a migração de colonos gaúchos para o sudoeste, articulando democraticamente a colonização da região. Nos primeiros anos de atuação, aproximadamente em 1943, além de orientar os gaúchos na sua chegada ao sudoeste, “[...] a CANGO dava a terra ao agricultor, bem como uma ajuda técnica, de assistência social e de infra-estrutura” (GOMES, 2005, p. 16). A Colônia Agrícola os ajudava com ferramentas e sementes para começar a cultivar o novo chão. Era função da CANGO também a divisão das terras, entregando aos colonos um protocolo de posse.

A CITLA começou a se instalar ainda no ano de 1950 na Vila Marrecas, atual cidade de Francisco Beltrão, iniciando assim também as repressões sobre os colonos. De acordo com Gomes (2005), os funcionários da companhia passaram a cobrar dos colonos o *Imposto de Transmissão e Propriedade* (Sisas), isso até a proibição de cobrança da taxa pelo governo do estado, que suspeitava sobre a fidelidade de posse da Gleba das Missões por parte da companhia.

Após a instalação da sede da companhia, já no ano seguinte, os funcionários passam a vender títulos falsos de propriedade das terras aos posseiros, afirmando serem eles os donos da Gleba. Como os colonos se negavam a comprar suas próprias terras que receberam gratuitamente da CANGO, a CITLA contratou jagunços para forçá-los a pagar ou se retirarem da terra (PALMA, 2014, p. 58). O

clima no sudoeste começou a se agravar mais quando os colonos passaram a descobrir as irregularidades cometidas pela companhia e pelos jagunços. Diante do fracasso dos diálogos, a CITLA através dos seus jagunços começou a usar da violência para repreender os colonos, fazendo-os desistir da terra ou então a assinar documentos de compra.

A Revolta dos Posseiros no sudoeste do Paraná, também conhecida como revolta dos colonos sudoestinos, foi um levante organizado pelos próprios agricultores, que teve seu auge conflituoso por volta de outubro de 1957. Iria Gomes destaca que,

A gota d'água que fez eclodir o movimento já não se restringia à questão da expropriação da terra. A violência que passou a acompanhar esse processo extrapolou as questões meramente econômicas, atingindo tal dimensão que lutar contra a companhia se tornara uma questão moral. (2005, p. 98).

Assim, após alguns anos de sofrimento, ameaças e mortes, os colonos, armados com espingardas, facões, foices e enxadas passaram a atacar, desestabilizar e enfraquecer a organização e os ataques dos jagunços da CITLA. Depois de expulsar a Companhia e os jagunços das cidades de Santo Antônio do Sudoeste e de Capanema, os colonos perceberam sua força unidos, assim em 9 de outubro de 1957 a cidade de Pato Branco foi tomada pelos posseiros. Os funcionários e jagunços da CITLA fogem para a vizinha Francisco Beltrão.

O golpe final dos colonos foi muito mais difícil, pois os jagunços sobreviventes às lutas com os colonos se refugiaram todos na sede da CITLA e estavam fortemente armados, e o perigo era muito maior para os colonos, que quase não possuíam armas de fogo. Logo no dia seguinte à tomada de Pato Branco, aproximadamente 6mil posseiros ocupam Francisco Beltrão, eles expulsaram os jagunços, destruíram o escritório da Companhia e as documentações falsas que haviam sido obrigados a assinar durante as repressões.

Anos depois, em 1961, o presidente Janio Quadros consegue a desapropriação da Gleba das Missões e cria o *Grupo Executivo para as terras do Sudoeste do Paraná* – (GETSOP), que “Tinha como objetivo programar e executar os trabalhos necessários à efetivação da desapropriação, bem como executar a colonização das glebas desapropriadas” (GOMES, 2005, p. 118), assim até o ano de

1973, quando encerrou suas atividades, a GETSOP tornou aproximadamente 60mil posseiros da região em proprietários de terras.

3 Discurso literário e Discurso histórico, aproximações e distanciamentos.

Partindo dessa íntima relação entre história, ficção e memória, far-se-á um estudo sobre as obras de Roberto e Iria Gomes, tratando especificamente de quatro fatos considerados mais relevantes no romance *Os dias do demônio* e da obra *1957: A Revolta dos Posseiros*, os quais são analisados hierarquicamente de acordo com o processo de desencadeamento do conflito agrário. Inicialmente, destaca-se nas obras do casal Gomes o relato da morte de Pedrinho Barbeiro, um caboclo, vereador de Beltrão, e importante líder dos colonos durante o período da revolta no sudoeste do Paraná.

Segundo Roberto Gomes (1995), os jagunços começaram a ameaçar os posseiros que passaram a resistir, impor-se e fugir dos desmandos da companhia. Alguns líderes encabeçavam a resistência e ajudavam os colonos menos instruídos com informações e ideias para driblar os pistoleiros. Um desses líderes era Pedro José da Silva, o popular Pedrinho Barbeiro, casado, um homem de família, que cuida do próprio pai, o velho Santoro. Iria Gomes conta que, “A última tentativa coletiva de se conseguir uma solução pela via legal, o abaixo-assinado que Pedrinho Barbeiro deveria levar ao Presidente da República, havia fracassado. O assassinato dessa liderança repercutiu de forma significativa em toda a região.” (2005, p. 71).

A autora é muito objetiva, conta de maneira rápida e informativa, como e por que ocorreu a morte de Pedrinho Barbeiro, ela utiliza este relato para explicar, que, após crimes como este, os colonos foram ficando cada vez mais apreensivos e unidos para lutar. Partindo disso, é possível perceber que Iria Gomes, estudou e pesquisou os fatos, buscando interpretar e valorizar o que de mais relevante encontrou, objetivando assim resgatar as memórias da Revolta dos Posseiros.

Roberto Gomes (1995), também relata o mesmo fato, mostrando que os quatro filhos e a mulher de Pedrinho presenciaram tudo, os jagunços saíram do mato ao lado da casa sorrateiramente, e perguntaram:

“—Tu és Pedro José da Silva? Usava uma capa preta e por baixo dela haveria uma arma apontada para sua cabeça. — Eu mesmo. — Pedrinho Barbeiro? Quis saber o de cabeça quadrada. -- Eu sim. Tentou sacar o revólver, mas o homem de cabeça chata gritou: — Tu vai é morrer, seu cachorro! A última coisa que Pedrinho Barbeiro viu em vida foi a capa preta do jagunço explodindo numa labareda.” (GOMES, 1995, p. 14 - 15).

Saladini diz que “a literatura pode ser considerada como uma leitora privilegiada dos acontecimentos históricos.” (2011, p. 382). Deste modo, o trabalho de construção ficcional dos fatos, realizado por Gomes (1995) em seu livro, se deve ao fato de que o autor buscou informações verídicas e procurou ficcionalmente, reconstruir o diálogo que Pedrinho Barbeiro teve como os jagunços antes de ser morto.

Pensando nos relatos do casal Gomes é possível perceber objetividade por um lado e expressão dos detalhes por outro. Deste modo, Iria Gomes através de sua obra contou para Roberto Gomes sobre a história de morte de Pedro Barbeiro, e Gomes (1995) partindo deste discurso, agregou ao mesmo acontecimento ficcionalidade e drama.

O segundo fato relatado e um dos mais marcantes para os sudoestinos foi a perseguição e assassinato de João Saldanha e de sua família. Iria Gomes (2005), conta sobre a morte da família Saldanha através de dois depoimentos, um dado pelo jagunço vulgo “Maringá”, que preso com o fim do conflito, após interrogado em depoimento, contou sobre o assassinato:

‘Chapéu de Couro’ matou a mulher de João Saldanha, inclusive um menino de oito a dez anos de idade; que o tal ‘Gauchinho’, matou uma menina de mais ou menos cinco ou seis anos, [...] ‘Chapéu de Couro’ jogou a criança para o ar e José Lucas a espetou com uma adaga. (GOMES, 2005, p. 65).

Um segundo depoimento foi dado por Jácomo Trento, comerciante, que participou ativamente do movimento dos posseiros, ajudou a prender os jagunços e colher seus depoimentos sobre os crimes cometidos. Trento conta que:

Pegaram a mulher, seviciaram-na; (...) cortaram-lhe o seio e jogaram para o cachorro. Este chegou, cheirou o seio e saiu uivando. Deixaram a mulher esvaindo-se em sangue. [...] Atearam fogo na casa. Enquanto a casa estava queimando as crianças gritavam em volta da mãe (...) um dos jagunços deu um tiro na cabeça do menino, a criança menor foi jogada para o ar por um jagunço e outro espetou-a com uma adaga (...) foram ver a mulher (...) não estava morta. Um pegou pelo cabelo outro pelo pescoço. Jogaram a cabeça para o cachorro. (GOMES, 2005, p. 66).

Esse crime brutal também é contado por Roberto Gomes (1995), o qual destaca que na casa de João Saldanha viviam com ele a mulher e três filhos, uma moça de quinze anos, um menino de 10, e mais uma pequena de três anos, além deles morava também a velha sogra de João. Quem relata o fato na obra de Gomes (1995), é a senhora, sogra do então falecido João, a única sobrevivente e uma personagem memorialista.

Até que ontem vieram dois jipes e mais uns jagunços a cavalo. O genro se escondeu no sótão. Os jagunços apanharam sua neta de quinze anos, fizeram uma roda e começaram a tirar a roupa dela. Era empurrada de um lado para o outro. Quando iam jogar a menina no chão e se deitar nela, o genro pulou do sótão dando tiro. Acertou um jagunço, mas já caiu pro lado varado de bala. E começou a matança. Um por um. A filha, os netos, a menina menor. Primeiro, a filha e a neta serviram aos homens – depois, a filha foi morta a tiros. Os menores foram furados pelo jagunço Sergipe – ele atirou a menina de três anos para o alto e aparou no facão. (GOMES, 1995, p. 44)

A velha sogra de João foi poupada da morte. Ela relata que “Eles voltam! Sempre voltam! Faz pouco, um deles chegou ali a cavalo. Viu os corpos, me viu. Eu atirei uma pedra nele. Foi embora dando risada, [...]. Me chamam Sergipe, dona, e vou saber se enterrou os corpos.” (GOMES, 1995, p. 45). Roberto Gomes em seu relato da história cria e insere a senhora sogra do João Saldanha, para agregar mais veracidade em sua ficção e gravidade ao fato. Além disso, o escritor deixa seu leitor ainda mais indignado quando ele traz novamente a senhora contando que não poderia enterrar os corpos, caso contrário os pistoleiros matariam sua neta que havia sido levada.

Pensando no processo de construção das narrativas do casal Gomes, é possível perceber a ocorrência de um processo que Ricoeur (2007) chamaria de ‘ficcionalização da história’, que ocorre quando Roberto Gomes busca preencher com ficção espaços temporais e históricos desconhecidos e impossíveis de verificar, como é o caso da sogra de João Saldanha, uma personagem ficcional.

O crime com a família Saldanha é um dos acontecimentos mais marcantes até mesmos para os leitores de ambos os livros. Partindo destas duas representações é possível perceber que o casal Gomes insere relatos em seus textos, provendo-o com muitos detalhes do crime, dando mais ênfase aos fatos e demonstrando a brutalidade praticada pelos jagunços da companhia.

É interessante ressaltar que nas duas versões colhidas e transcritas acima por Iria Gomes são contados alguns fatos que em grande medida são verdadeiros, mas que ultrapassam o limite do absurdo, mesmo tendo um caráter de veracidade, algo que é requerido pelo discurso histórico, mas não o é pelo discurso literário, embora ambos se pautem pelo critério da verossimilhança. Pesavento, a esse respeito, diz:

Já a Literatura, nos indica Paul Ricoeur, cria uma modalidade narrativa referencial ao mundo, com pretensão aproximativa. Não precisa comprovar ou chegar a uma veracidade, mas obter uma coerência de sentido e um efeito de verossimilhança. A rigor, História e Literatura obtêm o mesmo efeito: a verossimilhança, com a diferença de que o historiador tem uma pretensão de veracidade. (PESAVENTO, 2003, p. 37).

Jogar uma criança para o alto e espetá-la com uma adaga, assim como cortar os seios de uma mulher e jogá-los aos cães são acontecimentos que mantêm pouca verossimilhança com a realidade cotidiana. Entretanto, por se tratar da descrição de um conflito de extrema violência e em um contexto excepcional, em que as leis foram abolidas em favor da truculência do mandonismo local e de seus capangas, tais relatos podem ser considerados verossimilhantes.

Iria Gomes cria um texto historiográfico, quando conta sobre o assassinato da família de João Saldanha, sob uma perspectiva mais informativa. Ela pesquisa em documentos públicos e privados e traz o depoimento de um líder dos posseiros e também de um dos pistoleiros, buscando assim contrapor as duas perspectivas, mostrando com mais certeza o que é fato e o que são contos populares contados pelos sudoestinos.

Após a morte de João Saldanha, a gota d'água para os colonos foi mais um dos crimes brutais dos jagunços da companhia. A investida desta vez havia sido contra um farrapo, não nomeado pelos autores, que depois de ter resistido às ameaças “foi amarrado, castrado, seviciaram sua esposa e mataram as duas filhas de 9 e 11 anos , com atos de estupro” (GOMES, 2005, p. 78). Os farrapos eram foragidos da justiça brasileira ou dos jagunços da companhia, eles viviam pelos matos ou escondidos na fronteira com a Argentina. Iria Gomes destaca que esses homens tinham uma concepção própria de justiça e com a ajuda deles, os colonos começaram a agir com a mesma violência que praticavam os pistoleiros.

Os colonos revoltados “[...] pediram ajuda a Pedro Santin, também um farrapo, compadre da vítima e conhecido na região por sua valentia. Tinha sido posseiro em Capanema e, desde março, estava refugiado na Argentina” (GOMES, 2005, p. 78). Santin mostrou aos colonos que “para acabar com a companhia de terra, teria de acabar primeiro com seus diretores” (GOMES, 2005, p. 79), findar-se-iam assim todos os atos de violência. Iria Gomes conta que o farrapo também ensinou os posseiros a montar tocaias, para pegar jagunços desgarrados. A fúria dos colonos já estava acumulada, quando Santin veio do país vizinho para ajudá-los, e “Sob o comando de Santin, aproximadamente 2.000 colonos tomaram Capanema” (GOMES, 2005, p. 80). Foi então que os posseiros começaram a perceber a força que tinham se lutassem unidos.

Roberto Gomes também relata sobre a vinda de Santin para o sudoeste para ajudar e organizar os colonos. O farrapo começou o treinamento explicando, “A nossa arma, disse Santin, vai ser a surpresa: a gente faz uma tocaia, mata um aqui e outro ali mais adiante, combate aberto é pedir para morrer” (GOMES, 1995, p. 157). O forasteiro disse também sobre “como um jagunço anda pelo mato, como ataca, do que tem medo. Depois ensinou como atirar, como plantar tocaia, usar facão, andar quieto pelo mato sem quebrar nem mesmo um galho seco.” (GOMES, 1995, p. 158).

Foi com pequenos ataques iniciais que Santin e o grupo de colonos começaram a mostrar para o sudoeste como acabar com a violência generalizada. Com o passar dos meses, recuperaram Santo Antônio e Capanema, e a Revolta dos Posseiros ficava cada dia mais forte, com mais colonos adeptos ao movimento de retomada do território sudoestino. Pedro Santin, após os dois episódios, foi nomeado delegado pela própria população da região de Capanema até Santo Antônio.

Realizando uma análise comparativa entre os discursos do casal Gomes, nesta parte é possível perceber que a construção narrativa de Roberto Gomes é mais pormenorizada, o autor se detém mais na função atribuída ao farrapo pelos colonos, descrevendo como ocorreu todo o processo de treinamento. Enquanto que Iria Gomes é mais elucidativa e pontual, busca esclarecer as questões referentes à justiça, ao cumprimento ou não das leis por ambas as partes do conflito. Conclui-se que o discurso ficcional de Gomes (1995), pode ser considerado informação suplementar e fictícia no que se refere aos fatos históricos já enunciados por Gomes (2005). O casal Gomes não relata em nenhum outro momento a participação do

farrapo Santin na retomada das outras cidades do sudoeste. É possível perceber que o personagem Santin foi o incentivo e a coragem que os colonos precisavam para iniciar o processo de retomada de suas terras e da paz na região.

Após a tomada da região de Capanema e da cidade de Pato Branco, os jagunços refugiaram-se na sede da companhia em Francisco Beltrão. Os colonos revoltosos vindos de todas as cidades da região juntaram-se na praça central de Beltrão, como se pode ver em um relato de Walter Pécoits, um dos líderes do movimento de Beltrão, colhido por Iria Gomes:

Todos armados. Com espingardas de caça, pedaços de pau, enxadas [...] lá pelas seis horas da tarde já tínhamos três mil pessoas na cidade. Reuni os chefes dos colonos e mandei que o pessoal, com as melhores armas, guardasse as entradas da cidade. [...] No dia seguinte, dia 11, já tínhamos cerca de 6.000 mil colonos. (GOMES, 2005, p. 100).

Pécoits relata, ainda, que ele e os outros líderes procuraram conter os posseiros e manter o diálogo com os pistoleiros. Foi o que evitou o derramamento de mais sangue nas terras sudoestinas. Pécoits, corajosamente, foi quem, desarmado, conversou com os jagunços.

Fui até lá e fiz a ver a eles que só restava se entregarem. Eram seis mil colonos que estavam lá fora, loucos para se vingar das barbaridades que haviam feito. [...] Vocês têm que se entregar. [...] Eles discutiram um pouco. [...] – Olha, doutor, eu vou confiar no senhor. [...] Pegou e me deu o revólver dele. (GOMES, 2005. p. 101).

Os pistoleiros se entregaram, pois a pressão era grande, os colonos estavam reunidos esperando para atacá-los, caso desistissem do embate final, ainda tinham chance de sobreviver. Os jagunços foram presos e elevados pelo exército para Clevelândia. Iria Gomes relata que “A cidade virou uma festa. O escritório da companhia foi invadido. Quebraram tudo. Não que quisessem destruir, mas o que queriam mesmo eram as malditas promissórias e contratos que haviam assinado” (2005, p. 102).

Roberto Gomes também relata sobre a tomada final de Francisco Beltrão. Após o aviso na rádio da cidade, mesmo com chuva, os colonos foram vindo de todos os municípios da região para ajudar no levante final e expulsar os jagunços refugiados, “Os primeiros caminhões começaram a chegar pelas dez horas. Vinham

apinhados de colonos armados com pica-paus, revólveres velhos, pistolas emperradas, foices, enxadas, pedaços de pau, açoiteiras.” (GOMES, 1995, p. 279),

O autor não cita Walter Pécoits, mas cria, para representá-lo, um personagem fictício chamado Miguel, médico da cidade, assim como Pécoits. Na obra literária de Roberto Gomes, como se pode notar, é projetado um mundo ficcional, que inclui personagens e acontecimentos. Marques diz que “As obras literárias, [...] referem-se principalmente a indivíduos imaginários e não-históricos [...] os textos históricos, em contrapartida, se referem a indivíduos reais e históricos.” (MARQUES, 2013, p. 09-10). Assim, enquanto o texto de Roberto Gomes se permite a imaginação de personagens, o texto histórico de Iria Gomes, em contrapartida, se refere a indivíduos reais e históricos.

Assim, nessa ficcionalização da história por Roberto Gomes, foi Miguel quem encabeçou o movimento de 57 em Beltrão. No relato de Gomes (1995), Miguel é a figura que tenta resolver, pacificamente, o conflito e convencer os jagunços a se entregar para o exército.

“Miguel desceu do jipe. Ergueu os braços, mostrando que estava desarmado. A porta se abriu. [...] – Quanta honra, doutor – Zé Lara avançou um passo na direção de Miguel – Veio dar uma de valente? [...] – Nenhuma valentia, seu Lara. Vim aqui para ver se tiro vocês desta arapuca enquanto estão vivos. [...] Lá fora [...] – estão uns quatro ou cinco mil colonos. Estão furiosos e são capazes de matar só com as unhas e dentes. [...] Pois bem, eu vou confiar no senhor. E aqui tá a prova da minha confiança. Zé Lara entregou um 38 a Miguel. O canto da sala se encheu de revólveres e espingardas. – É tudo? Perguntou Miguel. – É, disse Zé Lara.” (GOMES, 1995, p. 288-290).

Enquanto Miguel estava indo com as armas até os colonos, para explicar sobre a rendição dos pistoleiros, estes fugiram, “Quatro jipes e um caminhão saíram em disparada por detrás do prédio da Comercial: o comboio ia apinhado de jagunços.” (GOMES, 1995, p. 292).

Mesmo com os jagunços foragidos, os posseiros não economizaram na alegria, a cidade virou uma festa só, entraram no escritório da companhia, “Vamos quebrar tudo! Começou a voar papelada para todo lado. Eram promissórias, cheques, recibos, contratos, jornais. [...] a rua toda forrada de branco, nem a lama se via mais, as pessoas [...] dando risada.” (GOMES, 1995, p. 297- 298). Roberto Gomes não relata que fim levaram os jagunços, o que ele diz é que os pistoleiros e a

companhia nunca mais poderiam voltar ao sudoeste, condições que foram exigidas pelos colonos ao governador em exercício.

Os colonos retomaram suas terras, famílias e a vida, retornaram a trabalhar e produzir, a paz voltou ao sudoeste. Somente 16 anos após o golpe final da Revolta dos Posseiros, o movimento atingiu seu objetivo, que era conquistar o direito legal a terra.

A principal diferença entre os relatos do casal Gomes, no que se refere ao acontecimento da retomada definitiva da região sudoeste, reside na prisão ou fuga dos jagunços. Iria Gomes conta que os jagunços foram presos pelo exército e levados para fora da região sudoeste. Percebe-se que uma das partes mais características da obra de Iria Gomes é a ênfase no cumprimento das leis e na efetividade da justiça, tanto que ela esclarece que os temidos pistoleiros foram presos. Já Roberto Gomes deixa essa questão à margem de seu discurso literário, dando mais destaque aos festejos em comemoração a retomada da cidade, e deixando as margens de seu texto o destino dos jagunços.

Após esta análise entre a obra de Iria Gomes e Roberto Gomes na perspectiva da história enquanto fato e da literatura como ficção, foi possível perceber que a literatura é também um meio de comunicação apto a investigar o passado e resgatar a memória, colaborando com a história no esforço de resistir às forças do esquecimento. Os livros do casal Gomes contam de maneira distinta sobre o mesmo fato, a Revolta dos Posseiros no sudoeste, resgatando a cultura e a memória do passado local.

A memória é matriz e objeto da história, isto é, uma só se constitui na relação com a outra, não existe história sem a narrativa contada pelas pessoas que participaram dos fatos. Deste modo, “a pretensão da história de anexar a memória à esfera da cultura atinge seu auge.” (RICOEUR, 2007, p. 04). Percebe-se que a relação entre memória, história e literatura é muito próxima, já que todas estão relacionadas com o homem e com a sociedade, a cultura está incutida em todas as relações sociais, é ela que juntamente com a memória conta a história.

Considerações Finais.

Com base no que foi exposto anteriormente, pode-se constatar que Iria Gomes na obra *1957: A Revolta dos Posseiros* construiu seu discurso baseado em

memórias de testemunhos e depoimentos, tanto do período pós-revolta que foram colhidos em documentos oficiais e jornais da época, como também em entrevistas que ela mesma coletou durante o processo de produção da dissertação que deu origem ao livro. Seu texto tem um caráter muito informativo e objetivo, mas ela expõe sua opinião timidamente, de modo geral procura somente contar sobre os fatos, é possível perceber a presença de dramatização, mas somente em alguns depoimentos anexados por Iria Gomes para valorizar e comprovar seu discurso.

Quanto à obra de Roberto Gomes *Os dias do demônio* é um romance histórico elucidativo para uma compreensão mais ampla do conflito, já que o discurso do autor se constituiu a partir das memórias por ele construídas quando acompanhou as andanças de sua esposa, Iria Gomes, pelo sudoeste, e de uma pitada de ficção. O romance relata vários fatos acontecidos na Revolta dos Posseiros, mas Roberto Gomes preenche as lacunas deixadas por Iria Gomes com personagens e fatos fictícios.

Mediante tais constatações, é possível perceber que há uma relação muito próxima entre a história e a literatura, especialmente no que se refere à literatura enquanto ficção e a história como fato, isto com base no estudo realizado com as obras do casal Roberto e Iria Gomes, que demonstram que tanto a literatura como a história podem contribuir para o resgate da memória do povo sudoestino, no que se refere à origem e constituição de sua colonização que por consequência desenvolveu uma cultura própria da região.

Referências

- CHARTIER, Roger. Debate: Literatura e História. Rio de Janeiro: **Topoi**, nº 1, 1999, p. 197-216.
- GOMES, Iria Zanoni. **1957: a Revolta dos posseiros**. 3. ed. Curitiba, Pr: Criar edições, 2005.
- GOMES, Roberto. **Os dias do demônio**. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- JACOMEL, Mirele Carolina Werneque; SILVA, Marisa Correa. Discurso histórico e discurso literário: o entrelace na perspectiva da metaficção historiográfica. In: **CELLI – Colóquio de estudos linguísticos e literários**, 2007. Maringá, Pr: Anais Maringá, 2009, p. 740-748.

KÖLLN, Lucas André Berno. **Romance Histórico**. Marechal Cândido Rondon, Pr: Unioeste, 2012. Disponível em :<<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/7934>> Acesso em: 20/04/2017.

LUKÁCS, György. **Ensaio sobre literatura**. Tradução de Leandro Konder. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **O romance histórico**. Tradução de Ruben Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARQUES, Janote Pires. A escrita história: distinções entre o texto literário e o texto historiográfico. Ceará: **Revista Contemporânea – Dossiê História e Literatura** – nº 4 Vol.2, 2013.

MARSCHNER, Walter. Os dias do Demônio: as representações de espaço na obra de Roberto Gomes e na memória social das lutas camponesas do Paraná [in].

MILTON, Heloisa Costa. **A literatura lê a história, a História não deixa de ler a literatura**. São Paulo: Unesp, 2006.

PALMA, Maria Aparecida Tives. **1957 Colonos X Jagunços: a Revolta do sudoeste do Paraná**. Cascavel, Pr: OCL Edigraf, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O mundo como texto: leituras da História e da Literatura**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.14, p. 31 – 45, set. 2003.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Pr: Unicamp, 2007. Disponível em:

<http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v1_n1/racin_v1_n1_resenha01.pdf>

Acesso em: 21/04/2017.

SALADINI, Fernando de Oliveira. História, verdade, ficção, narrativa e literatura: diálogos pertinentes. In: VII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA SÓLETRAS – Estudos linguísticos e Literários. 2011. **Anais... UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná – Centro de Letras, Comunicação e Artes**. Jacarezinho, 2011. ISSN – 18089216. p. 377-384.

SOUZA, Adáuto de Oliveira [et. al.]. **Transfazer o espaço**: ensaios de como a literatura vira espaço e vice versa. Dourados, MG : ed. UFGD, 2011.

WHITE, Hayden V. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Trad. De Alípio Correia de França Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.